

Rio tem apoio para moção que deixa decisão com Constituinte

Rogério Coelho Neto

Com o apoio de mais nove estados, que reúnem cerca de 70% dos 460 delegados e 304 parlamentares (convencionais natos), o Rio de Janeiro apresentará, oficialmente, ao presidente da convenção nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, tão logo ele abra os trabalhos de votação, na manhã de domingo, moção que propõe a remessa à Constituinte, sem manifestação prévia do partido, das questões polêmicas que envolvem o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney e a possibilidade de adoção do sistema parlamentarista de governo.

A decisão fluminense foi tomada em reunião no Palácio Laranjeiras, encerrada na madrugada de ontem. O governador Wellington Moreira Franco, que a presidiu, dos 28 delegados do Rio de Janeiro só não obteve a unanimidade porque o ex-deputado Fernando Leandro, defensor das diretas já, não quis se comprometer com a tese da não discussão pelo partido das duas questões polêmicas. Os estados que já se comprometeram, através de seus governadores, a avalizarem a tese do Rio são: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Ceará.

Contatos — O próprio presidente José Sarney se encarregou de garantir alguns apoios para a moção que a delegação do estado do Rio de Janeiro apresentará na convenção pemedebista do final de semana. O presidente fez um apelo pessoal, por exemplo, aos governadores Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Tasso Jereissati (Ceará), para a remessa das questões polêmicas — como a do tempo de duração do seu mandato — ao plenário da Constituinte,

Inicialmente, deveria partir de São Paulo a iniciativa da proposta de não discussão, na convenção, de teses consideradas não programáticas. A mudança de rumo decorreu de uma avaliação do governador Orestes Quércia, que concluiu que não teria, pelo fogo cruzado dos grupos moderado e progressista dentro do estado, a assinatura da maioria dos delegados. A situação do mineiro Newton Cardoso é parecida com a de Quércia.

A parte mais importante de Quércia, na estratégia que visa a evitar a implosão do PMDB, pelo menos antes de concluídos os trabalhos da Constituinte, foi a de atrair para o movimento definido como sendo de preservação da unidade do partido os governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Waldir Pires (Bahia), que se alinham com o chamado grupo

progressista que empalma a candidatura do senador Mário Covas à sucessão presidencial. Para convencer Arraes e Pires de que é grave a crise e que o confronto de posições das correntes pemedebistas, só faria agravá-la, o governador paulista usou um amigo comum de ambos: o seu vice, Almino Afonso.

O apoio de Alvaro Dias (Paraná) nasceu da sua identidade de pensamento com Moreira Franco: de que a questão econômica é mais importante do que a discussão do mandato de Sarney ou a substituição do presidencialismo por um parlamentarismo híbrido. A linha da moção fluminense, que remete a discussão desses dois temas polêmicos para a Constituinte é exatamente esta: "Enfrentar a crise econômica", porque "ela flagela o país, ameaça a sobrevivência do povo e, acima de tudo, o futuro das instituições".

Na reunião do Palácio Laranjeiras ficou claro, ainda, que o Rio de Janeiro, se não obtiver êxito na sua missão de evitar os temas polêmicos, votará, em grande maioria, por um mandato de cinco anos para Sarney e pela manutenção do presidencialismo. Da bancada de 13 deputados federais do PMDB fluminense, somente Paulo Ramos, Anna Maria Rattes e Miro Teixeira fechavam abertamente com os progressistas em favor das diretas no ano que vem.

Prioridade é vencer crise econômica

A moção do Estado do Rio propondo ao PMDB a não discussão do mandato do presidente Sarney e da adoção ou não de um novo sistema de governo é a seguinte:

Partido líder da transição democrática, o PMDB está mais uma vez convocando a indicar, com serenidade e sabedoria, os rumos políticos que garantam à Nação dias de liberdade e justiça social.

Sobre esta convenção nacional estão depositadas perguntas de milhões e milhões de brasileiros, aos quais o PMDB deve não apenas a vitória nas urnas de novembro, mas tantas outras que lhe permitiram suplantar os anos de autoritarismo.

Não é por questões de natureza institucional que a grande maioria de nosso povo alimenta-se, hoje, da desesperança e da revolta. Não são, exclusivamente indagações eleitorais que levam massas cada vez maiores às ruas, exigindo ações de governo e gerando na oposição o equivocado sentimento de que esse clamor ocorre só sob esta inspiração.

Nossa tarefa, pois, é enfrentar a crise econômica.

Ela flagela o país, ameaça a sobrevivência do povo e, acima de tudo, o futuro das instituições. Essa mesma crise, que tem no assalariado sua principal vítima, destruiu milhares de pequenas empresas, fez cair vertiginosamente as vendas do comércio, está estrangulando a indústria e punindo com a falência inapelável os agricultores saídos de uma supersafra.

As administrações estaduais e municipais, atingidas pela queda na arrecadação de impostos, viram acentuar-se ainda mais suas dificuldades de caixa, inviabilizando obras inadiáveis e colocando em risco até mesmo o pagamento das folhas de pessoal.

Na área externa, a queda das reservas ameaça nossa capacidade de importação e, em consequência, as perspectivas gerais de crescimento.

Diante desse quadro, impõe-se ao PMDB o desafio de assegurar condições de governabilidade democrática ao país,

encontrando alternativas capazes de evitar o agravamento da crise econômica e garantindo a continuidade do processo político.

Não podemos incorrer no erro de conter a lógica do movimento social através de acordos e resoluções. Não podemos optar por decisões oferecidas pela facilidade retórica. O conteúdo daquilo que buscamos tem que estar coerente com a gravidade do momento nacional e refletir a maturidade de um partido que, no Poder, não se afastou de seus compromissos com a transformação e a mudança.

Concentrar nossos esforços nas prioridades impostas pelo problema econômico e reconhecer na Assembléia Nacional Constituinte o foro soberano para fixação dos mandatos presidenciais e da forma de regime não representa afastamento do PMDB das aspirações populares. A história do partido fala por si e nela não há registros de temor ao voto.